A categoria Juventude na pesquisa histórica: notas metodológicas

Márcio Santos de Santana*

Os conceitos e as categorias são elas próprias históricas, ou seja, estão circunscritos a uma temporalidade, não possuindo um significado padrão para todas as épocas. Nesse sentido, considere o conceito de democracia como exemplo. A semelhança entre a democracia que os atenienses forjaram e a existente no mundo contemporâneo é apenas nominal, assim como são muitas as diferenças entre as democracias existentes mundo afora. O uso de conceitos e de categorias constitui um imperativo na produção de conhecimento, pois sem eles torna-se inconcebível a articulação de qualquer conhecimento. Os conceitos e as categorias orientam a análise, bem como permitem a articulação de informações dispersas.

Os conceitos e as categorias não são auto-evidentes, tampouco auto-explicativos. Assim sendo, uma minuciosa circunscrição do conteúdo cognitivo torna-se imperativo, bem como uma abordagem orientada pela perspectiva histórica, em razão das alterações determinadas pelo tempo, espaço e/ou realidade sociocultural. A historicidade deve ser enfatizada. Uma definição imprecisa, portanto, constitui um problema para o sujeito cognoscente. Nesse sentido, no decorrer da pesquisa, torna-se necessário uma discussão detalhada sobre os conceitos e as categorias incorporadas à pesquisa, visando, dentre outros objetivos, não permitir evasivas no seu uso ou mesmo minimizar a possibilidade de abordagens anacrônicas (LEVI & SCHMITT, 1996).

A categoria *Juventude* tem gradativamente adquirido maior espaço em debates acadêmicos, discussões políticas, planejamento e construção de políticas públicas e nas abordagens da imprensa e mídia em geral. Estudos das mais variadas procedências mobilizam a categoria, enquanto outros a adotam como ancora teórica. A discussão sobre tal categoria é longa e polêmica. Sendo assim, não se espera mais do que o esclarecimento de alguns pontos mais relevantes para a compreensão das particularidades da abordagem histórica. A eficácia da reflexão é maior quando realizada com base em situação concreta. A imersão no passado tem meta bem

* Professor no Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Doutor em História Econômica – USP – 2009.

especifica: compreender a pertinência da categoria Juventude como operatória para todas as épocas.

O presente trabalho tem como objetivo reafirmar a especificidade da abordagem histórica, sobretudo quando em comparação com a abordagem sociológica, bem como desenvolver algumas considerações metodológicas sobre o uso da categoria *Juventude* na pesquisa histórica. O foco principal é a necessidade de escapar da "armadilha do essencialismo", ou seja, abandonar a perspectiva "que busca a essência, a definição-conceito de juventude, tão caro ao objetivismo da ciência moderna". Assume-se, dessa maneira, que "ao falarmos de juventude estamos falando de pessoas, coletividades e significados em disputa" (CASTRO, 2006: 1)

Apesar de todos os esforços empreendidos em diversos setores das Ciências Humanas, as definições de juventude giram em torno de dois critérios principais, de difícil equacionamento: o etário e o sociocultural. É ponto consensual que juventude é mais do que uma faixa etária, pois, se assim não fosse, seria impossível a utilização do termo em casos como "Juventude Comunista", "juventude do samba" e outros sentidos atribuídos na vivência cotidiana. O marco etário está presente nas definições, mas é tão e somente seu ponto de partida. A partir do recorte etário complementa-se a definição por meio do componente sociocultural. A tensão original não se resolve, pois a juventude é simultaneamente (a) "um momento no ciclo de vida", assim como (b) "um modo de inserção na estrutura social" (SPOSITO, 2004).

As abordagens realizadas por organismos internacionais ligados à Organização das Nações Unidas (ONU) definem a juventude como sendo a fase do ciclo de vida compreendida entre 15 e 24 anos de idade. Tais abordagens são insuficientes para a pesquisa histórica, não apenas pelo risco de anacronismo, mas também pelo fato de serem forjadas com a finalidade de planejamento e intervenção social, por meio da elaboração de políticas públicas. Temos, então, que o critério etário é insuficiente para explicar o uso da categoria em questão, embora tal discernimento esteja sempre presente.

Ante o exposto, constata-se que o uso da categoria *Juventude* não é isento de críticas. Vejamos algumas contribuições que buscaram apontar as limitações da categoria para a reflexão. No entendimento de alguns, a categoria é demasiadamente

generalista, carecendo de melhor definição. A imprecisão reduz seu potencial definidor. O termo *Juventude*, segundo tal definição, "envolve vários grupos e classes sociais entre as faixas etárias da adolescência e os primeiros anos da maturidade, mas sem limites precisos de idade" (RIDENTI, 2000: 266).

O segundo tipo de crítica diz respeito ao caráter supostamente ideológico. Segundo os partidários desta visão, o conceito ocultaria realidades construídas por estruturas de classe ou estratificações sociais (GROPPO, 2000). Ainda no plano ideológico, encontra-se outro desdobramento. Muitas definições elaboradas para a categoria *Juventude* não permitem um proveitoso avanço na pesquisa empírica, na medida em que se constituem em projeções ideológicas de seus autores, configurando um discurso normativo.

O significante "juventude", portanto, possui um campo conceitual vasto. A título de exemplo, vejamos três possibilidades. Em alguns trabalhos indica uma *faixa etária*, tais como infância, adolescência, juventude, maturidade, velhice. Os termos para designar cada uma dessas fases são variados, bem como o marco etário é diverso. Em outros, denomina uma *representação*. Nesse sentido encontramos casos como "juventude do samba" ou "juventude rebelde". Por fim, pode designar uma *situação social*. A história contemporânea japonesa contém exemplo lapidar, pois os jovens são afastados das decisões nas empresas, bloqueando qualquer possibilidade de ascensão profissional rápida naquele país aonde impera a tradição originária do século XIX.

As humanidades reconhecem alguns termos como designativos do período de transição entre a infância e a idade adulta. No âmbito das ciências médicas é comum o uso do termo *puberdade*, que se refere às transformações biológicas no corpo do indivíduo. O termo *adolescência* é associado com frequência ao âmbito da psicologia, psicanálise e pedagogia, tendo como referencial as mudanças na personalidade, mente ou comportamento do indivíduo. A sociologia, por sua vez, faz uso do termo *juventude* para designar as funções sociais assumidas pelos indivíduos na sociedade.

Os termos *adolescência* e *juventude*, apesar da aparente similaridade, são dotados de sentido bem específico, perceptível através de análise que considere também seu uso cotidiano. Numa abordagem desse tipo, os termos em questão denominam fases subsequentes do desenvolvimento individual, estando "a adolescência ainda próxima da infância, a juventude mais próxima da maturidade" (GROPPO, 2000: 13-14).

Na pesquisa de doutoramento, base para as reflexões em curso, estudamos o enfrentamento de grupos políticos pela imposição de um projeto político para o Brasil e qual era o espaço reservado para as novas gerações. A memória e a identidade eram elementos centrais presentes nas disputas políticas. A categoria *Juventude* foi adotada como ancora teórica, mas no decorrer da pesquisa localizamos um problema típico da abordagem histórica. A utilização dessa categoria, tal como conceituada na rica literatura das ciências sociais, implicaria na aceitação do anacronismo, considerado "pecado capital" para o ofício do historiador. Assim sendo, buscamos delinear o conteúdo cognitivo atribuído ao termo pela documentação de época. A adoção de tal operação analítica permite contornar o problema da multiplicidade de significados, assim como reduzir as possibilidades de anacronismo.

A categoria *Juventude*, portanto, designa, naquele estudo, centrado em problemática específica, uma determinada identidade sociocultural, vagamente orientada pela idade, mas sem qualquer rigidez, que pode ser gerada endógena ou exogenamente ao grupo social atuante sobre o segmento da sociedade. O processo de atribuição/aceitação de identidade implica em aceitação/negação de comportamentos, atitudes e concepções políticas, culturais, econômicas etc., por parte dos membros do agrupamento. Isso implica em dizer que juventude é, ao mesmo tempo, uma representação sociocultural e uma situação social.

A estratégia subjacente à criação de um agrupamento de juventude tem ligação com o critério etário, conforme falamos, pois almeja trazer para a sua zona de influência o indivíduo nos seus anos iniciais de formação e socialização, de modo a fazê-lo ver a ideologia do grupo como a mais natural possível.

No Brasil, no período estudado, ou seja, entre 1926 e 1945, não havia delimitação precisa na utilização dos termos usados quanto às chamadas "idades da vida" (ARIES, 1978). As fontes produzidas entre a segunda metade da década de 1920 e meados da década de 1940 demonstraram o uso restrito dos termos jovem e juventude. A imprensa usa os termos *menor* para indicar criança ou adolescente, e moço – raramente jovem –, para indicar os membros dessa faixa etária inserida entre a infância e a vida adulta.

Uma matéria intitulada "Menor imprudente" é exemplo lapidar. O texto jornalístico relata um acidente envolvendo o menino Oswaldo, então com 6 anos de

idade, atropelado por um bonde, tendo como efeito o esmagamento de seu pé. Outra matéria, publicada no mesmo veículo, relata agressão sofrida por outro menor – este com 16 anos de idade – cometida por um "preto" que tentava "atirá-lo em um vagão de cargas". Como enfrentou resistência, o agressor utilizou uma faca, na esperança de intimidar a vitima, expediente que não produziu o resultado esperado (MENOR..., 1927 e MENOR..., 1929).

Nesses dois casos, além das matérias trazerem o termo menor em seus títulos, assemelha-se por outra particularidade: os protagonistas vivenciam contextos de perigo, enfrentando problemas ligados à criminalidade e que envolvem a justiça. Tal enquadramento era corriqueiro na época, ao menos nos jornais *O Estado de S. Paulo* e *O Combate*, dois periódicos consultados. Notamos uma especialização no vocabulário, pois os termos *menor* e *menoridade* aparecem sempre nesse tipo de situação social (LONDONO, 1991).

A utilização dos termos *moço* e *jovem* também apresenta confluência na imprensa, não sendo possível atribuir um campo conceitual exclusivo para qualquer um deles. Acompanhemos dois exemplos para melhor ilustrar. Em ambos os casos que serão apresentados, dois indivíduos de 24 anos de idade foram identificados ora como jovem, ora como moço.

O primeiro caso é apresentado em matéria publicada em fins de 1925. Trata-se do assassinato cometido por uma mulher de 24 anos de idade, revoltada que estava com o abandono sofrido. Seduzida pelo noivo, esperava já há seis meses pela "reparação", fato que não aconteceu, desencadeando o ato criminoso. O outro episódio foi publicado no mesmo período. A matéria trazia a história de Paschoal Pacífico, armeiro profissional, ferido gravemente no peito enquanto examinava um revólver, procedimento inerente à sua atividade profissional. Esse jornal categorizou o protagonista da narrativa como moço (UMA JOVEM..., 1925 e O PERIGO..., 1925).

O comportamento se repete com os termos *mocidade* e *juventude*, designativos de coletividade especificada pela idade. O termo mocidade ficara ligado à ideia de tradição, de passado e, dessa maneira, seu uso ficaria sujeito ao ônus de uma imagem estática e antimoderna. Por sua vez, de maneira inversa, o termo juventude encontraria no aspecto de renovação a sua legitimidade, pois haveria a necessidade de um termo

diferente, novo, para uma nova conjuntura sociocultural: a da modernidade e seu princípio dinâmico.

O termo juventude, portanto, está sempre relacionado a uma maneira renovada de fazer política, qual seja, a política de massas. Os anos 1920 presenciaram a formação de uma sociedade de massas, acompanhada das primeiras manifestações de uma política de mesmo tipo. Nesse modo de fazer política, tentativa de atualizar a atividade quanto à nova sociedade, ocorre a "transformação de uma cultura baseada no discurso e na fala, ou seja, no papel preeminente que é simbolicamente atribuído à palavra, em uma cultura que se apóia sobretudo no papel primordial que é simbolicamente transferido à ação pura" (SEVCENKO, 1992).

O enquadramento institucional das gerações mais jovens teve no escotismo o seu modelo ideal, de tal maneira que vários elementos estruturais foram copiados por outras organizações. O agrupamento foi criado em 1907 por Robert Baden Powell (1857-1941), um ex-coronel do exército britânico, com base na experiência do colonialismo, "do qual tira não só o uso do uniforme, mas também muitos princípios e o próprio espírito de aventura que o inspira, e organizando de forma quase militar, o movimento escoteiro teve amplo sucesso e difusão mundial" (CAMBI, 1999: 520-521). Os princípios éticos básicos exigidos do integrante estão sintetizados na promessa feita no momento de seu ingresso: "Prometo pela minha honra fazer o melhor possível para: cumprir meus deveres para com Deus e minha Pátria; ajudar o próximo em toda e qualquer ocasião; e obedecer a Lei Escoteira" (LEI E PROMESSA, 2008). Honra, lealdade, amizade, solidariedade e amor ao próximo, cortesia, obediência, disciplina, alegria, respeito à natureza, respeito à propriedade e harmonia com o próprio corpo são as exigências éticas que o escoteiro deveria seguir, conforme o estabelecido na Lei Escoteira.

A disseminação de ações estatais na vida social e econômica foi um marco da primeira metade do século XX. Os temores de Ortega y Gasset se materializaram na experiência totalitária que varreu o Velho Mundo. Esse período foi profícuo também na produção de organizações que tinham o jovem como objeto de cooptação e mobilização. O advento dos regimes totalitários na Europa foi importante catalisador e unificador desses processos. Vários países europeus, sobretudo Alemanha, Itália e URSS, criaram

organizações para inserção da juventude na política. Nesses países, as organizações eram parte do aparelho de Estado. No que concerne ao enquadramento institucional das gerações, levaram o processo ao ápice.

Na Alemanha nazista foram criadas a Juventude Hitlerista, as Jovens Virgens e a Liga das Moças Alemãs. Na URSS, nas sendas abertas pela Revolução de 1917, foram criadas três instituições, a saber: a Liga Vermelha dos Combatentes da Frente, a União da Juventude Comunista e os Pioneiros Vermelhos. A Itália fascista, por seu turno, pode ser tomada como um caso paradigmático, pois foi o país pioneiro nesse tipo de ação. O corporativismo, um dos pilares essenciais da ideologia, justifica o caráter exacerbado que o fenômeno alcançou no país.

A especificidade do caso italiano, tal como apresentada, obriga-nos a pontuar alguns pormenores. Diversas organizações se formaram durante a vigência do regime, apresentando periódicas alterações de estrutura e jurisdição. A Giuventú Universitária Fascista (GUF) agremiava estudantes universitários, homens ou mulheres, entre 18 e 28 anos de idade. Essa organização era chefiada por Carlo Scorza e era mantida sob controle direto do partido do governo, tendo sua existência se confundido com a do regime. As crianças e jovens do sexo masculino e feminino entre 6 e 18 anos de idade eram o alvo da Opera Nazionale Ballila (ONB). A Fasci Giovanili di Combattimento (FGC) agremiava os jovens entre 18 e 21 anos que não estivessem mais na escola, com a finalidade de manter uma força reserva de recursos humanos para o partido e para a milícia do governo. Por fim, a Giuventú Italiana Del Littorio surgiu em outubro de 1937 e absorveu a ONB e FGC, para extinguir a rivalidade entre as organizações.

As atividades propostas pelas organizações aos seus integrantes eram variadas. A ONB e a GIL, por exemplo, ofereciam conferências propagadoras e educativas aos seus integrantes. Aos domingos, eram ministrados treinamentos sobre o uso de máscara de gás. Economia doméstica, costura, dança rítmica e canto coral eram outros cursos oferecidos. Cursos como esqui, equitação, esportes náuticos e artesanato variado faziam parte do leque de opção em certos estabelecimentos. Eram celebradas competições esportivas nacionais e locais que envolviam diversos esportes.

De um modo geral, as atividades esportivas, a atividade militar e a educação formaram um tripé básico de sustentação da ação fascista entre a juventude. As tarefas de socialização eram complexas. Organizações como a GIL e a ONB as exerciam de

forma indireta, de modo a conseguir melhores resultados. Com essa intenção "cinco ou seis vezes ao ano, nas festividades fascistas, algum funcionário pronunciava um discurso durante 10 minutos, porém a doutrinação abertamente política não era a função principal dos grupos juvenis". Contudo, "mais importante era a experiência de formar parte de uma organização de massas e submergir nela a individualidade de cada um durante várias horas todas as semanas, assim como durante as excursões especiais no verão" (TANNENBAUM, 1972: 164-165).

O enquadramento institucional das novas gerações foi registrado pela documentação de época, permitindo, dessa maneira, a captação da complexidade do fenômeno. A atuação católica corrobora com a perspectiva ora em desenvolvimento. Em fins da década de 1920, precisamente em 1928, a Igreja Católica já atuava junto a esse segmento etário-cultural nos planos espiritual-teológico e moral, tal como se depreende da análise da pauta do Congresso da Mocidade Católica (O CONGRESSO..., 1928). No entanto, em meados da década de 1930, os católicos criaram uma organização de mobilização de massas, cujo nome era Juventude Operária Católica.

A transformação cultural subjacente aos acontecimentos foi lenta e gradual, tendo se processado, portanto, numa temporalidade de longa duração, de tal modo que a imprecisão no emprego dos termos persiste, pois, em meados de 1935, localizamos novas notícias sobre a atuação da Mocidade Mariana, outro grupo cujo trabalho era direcionado aos jovens, ligado à Congregação Mariana (MOCIDADE..., 1928).

No campo comunista, a Juventude Comunista tinha exatamente essa missão: ser a organização de massas dos jovens brasileiros, socializando-os no mundo do comunismo, de modo a conduzi-los à revolução, considerada como a única maneira de solucionar o problema universal da desigualdade social e da exploração do proletariado pela burguesia. Os meios utilizados para tanto têm, como premissa básica, a ação dinâmica e firme. Mesmo quando a palavra escrita é empregada, a linguagem transmite a noção de movimento e ação prática.

Os comunistas brasileiros utilizavam um conceito de juventude fundamentado pela idade. Documentação do agrupamento juvenil – relatórios e resoluções – diferenciam crianças e jovens, fornecendo especificação etária. A diferenciação era tão bem estabelecida que os dirigentes da Juventude Comunista cogitaram criar uma

Organização de Jovens Pioneiros, que realizaria seu trabalho político junto às crianças. Em 1929, no I Congresso da Juventude Comunista, a montagem da nova organização entrou em pauta. A resolução final estabelecia que o projeto dos Pioneiros era "uma tarefa a realizar na medida das nossas possibilidades". O principal entrave para a criação da nova organização seria a pobreza dos militantes. Sem recursos econômicos seria impossível a ação política, ideia implícita na justificativa. Num primeiro momento, ficou decidido que seria criada uma seção infantil no Centro de Jovens Proletários (RELATÓRIO..., 1929).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIES, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

ABRAMO, Helena Wendel. "O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro". In: FREITAS, Maria Virgínia de (Org.). *Juventude e adolescência no Brasil: referencias conceituais*. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

CAMBI, Franco. *História da pedagogia*. São Paulo: UNESP, 1999.

CASTRO, Elisa Guaraná de. "Juventude: Reflexões para o debate". Disponível em: <http://www.pt.org.br/site/upload_secretarias/17-0-2006_013-51-54_texto_elisa_guarana_de_castro.doc>. Acesso em: 06/01/2007.

GROPPO, Luís Antonio. *Juventude: Ensaios sobre Sociologia e História das Juventudes Modernas*. Rio de Janeiro: Difel, 2000.

LEI E PROMESSA. Disponível em: <http://www.escoteiros.org/Programa/valores/lei_e_promessa.htm>. Acesso em: 30/01/2008.

LEVI, Giovanni & SCHMITT, Jean-Claude (orgs). *História dos jovens I: da antiguidade a era moderna***.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LONDONO, Fernando Torres. "A origem do conceito menor". IN: DEL PRIORE, Mary (org.). *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto/CEDHAL, 1991.

"MENOR AGREDIDO". *O Estado de S. Paulo*, 12/10/1927.

"MENOR IMPRUDENTE". *O Estado de S. Paulo*, 3/2/1929.

"MOCIDADE Mariana". *O Estado de S. Paulo*, 16/6/1928.

"O CONGRESSO da Mocidade Católica". *O Estado de S. Paulo*, 16/6/1928.

"O PERIGO das Armas. Um moço gravemente ferido". *O Combate*, 10/11/1925.

ORTEGA Y GASSET, José. A rebelião das massas. eBooksBrasil, 2001, p. 106. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2291 . Acesso em: 10/11/2008.

RELATÓRIO dos trabalhos do I Congresso. Federação da Juventude Comunista do Brasil, Rio de Janeiro, 26/3/1929.

RIDENTI, Marcelo. “Juventude”. IN: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos; MEDEIROS, Sabrina Evangelista e VIANNA, Alexander Martins. *Dicionário Crítico do Pensamento da Direita: Idéias, Instituições e Personagens*. Rio de Janeiro: Tempo/FAPERJ/Mauad, 2000.

SEVCENKO, Nicolau. “Transformações da linguagem e advento da cultura modernista no Brasil”. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, 1992. Disponível em: <www.cpdoc.fgv.br/revista/ arq/112.pdf>. Acesso em: 14/3/2007.

SPOSITO, Marília Pontes. “Apontamentos para discussão sobre a condição juvenil no Brasil”. Disponível em: <www.redebrasil.tv.br/salto/boletins2004/em/tetxt1.htm>. Acesso em: 22/06/2004.

“UMA JOVEM mata o indivíduo que a enganou”. *O Combate*, 17/11/1925.

TANNENBAUM, Edward R.. *La experiencia fascista. Sociedad y cultura en Itália (1922-1945)*. Madri: Alianza Editorial, 1972.